

**O RIO GRANDE DO SUL E A HEGEMONIA POLÍTICA DO CORONELISMO
NA REPÚBLICA VELHA: UM ESTUDO COMPARATIVO EM GRAMSCI**

Luiz Francisco Matias Soares*

RESUMO: A República Velha (1889-1930) foi marcada pela prática do coronelismo. No estado do Rio Grande do Sul, os chefes locais e grandes proprietários aliados aos intelectuais partidários estabeleceram a hegemonia política e o controle econômico-social. Gramsci ao analisar a sociedade italiana e a hegemonia da classe burguesa desde o século XIX até o início do XX, observou a importância da intelectualidade e os aparelhos privados, entre eles os partidos, para as elites obterem a manutenção do controle econômico-social.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul. República Velha. Hegemonia.

ABSTRACT: The old Republic (1889-1930) was marked by the practice of coronelismo. In the State of Rio Grande do Sul, the local chiefs and large owners allies to intellectuals supporters established the political hegemony and economic-social control. Gramsci when analysing the Italian society and the hegemony of the bourgeois class since the 19th century until the beginning of the XX, noted the importance of private apparatus and intelligentsia, among them the parties, for the maintenance of elites gain economic control-social.

Keywords: Rio Grande do Sul. Old Republic. Hegemony.

I- A sociedade civil e a hegemonia em Gramsci

Entre o final do século XIX e até as primeiras décadas do século XX, o panorama no “tabuleiro mundial” apresentaria significativas mudanças estruturais para o favorecimento da hegemonia das elites burguesas pautadas no capitalismo. Estas se adequariam muito bem nas democracias republicanas, que teriam como característica a ausência ou complacência do Estado como regulador da economia.

Para entendermos as conjunturas, a historiadora Virginia Fontes em sua obra *Imperialismo*, de Lênin a Gramsci, considera ser fundamental examinar o contexto histórico onde e quando estão acontecendo, nas sociedades “no qual as elaboram, que

*Mestrando em História pelo PPGH da UPF- Universidade de Passo Fundo/RS. Bolsista CAPES. E-mail: mat_luiz@hotmail.com

nos parecem fundamentais para qualquer análise das condições contemporâneas” (FONTES, 2010), bem como pontuar desde já que Gramsci pensara em suas teorias na conjuntura de uma Itália, recém unificada, onde o norte era mais industrializado e o sul agrário e pobre. Ele escrevia para um país refém de uma Elite e atrasado no aspecto industrial, principalmente para os operários.

Nascido na Sardenha, Itália em 22 de janeiro de 1891, Antonio Gramsci viria na prisão materializar suas ideias nos *Quaderno del Carcere*. Desta formidável obra fazem parte a análise da hegemonia e a importância da intelectualidade cultural e ideológica. Faremos uma abordagem no conceito de sociedade civil e o pensamento de Gramsci para então retornarmos no contexto das mudanças sociais já que a sociedade em Gramsci adquire um novo conceito e é nela em que se operam as disputas hegemônicas:

Podem-se por enquanto fixar dois grandes planos superestruturais, o que se pode chamar da Sociedade civil, ou seja, do conjunto de organismos vulgarmente denominados privados, e o da sociedade política ou Estado, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade, e ao do domínio direto ou de comando que se expressa no Estado ou no Governo jurídico (FONTES, 2010).

Gramsci entendia por sociedade civil um momento da superestrutura, via as pessoas articulando-se dentro das instituições. Particularmente o momento da hegemonia que se distingue do momento do puro domínio e da direção espiritual e cultural que acompanha e integra de fato nas classes efetivamente dominantes. E que deve acompanhar e integrar nas classes que tendem ao domínio da pura força.

Tal distinção é um dos motivos condutores da análise histórica e política que ele faz, em *Cadernos do cárcere*, da evolução da sociedade burguesa para a sociedade socialista. Esta distinção difere em parte com a concepção de Marx (BOBBIO, 2002). O processo de formação da Sociedade civil-burguesa é a antítese da sociedade feudal, na qual o historiador italiano Norberto Bobbio quando se referiu a Marx descreveu que:

A emancipação política foi, ao mesmo tempo, a emancipação da sociedade burguesa da política e da aparência de um conteúdo universal. A sociedade feudal dissolveu-se no seu elemento

fundamental, o homem; mas o homem que constituía o seu fundamento, o homem egoístico. Este homem, membro da sociedade burguesa, é agora a base, o pressuposto do Estado político. Ele é reconhecido como tal pelo Estado nos direitos do homem. (Observe-se, entre outras coisas, que, se neste contexto traduzíssemos "civil" no lugar de "burguês", a frase seria quase incompreensível). (BOBBIO, 2002).

Pelo exposto verificamos que a esfera dos "privados" refere-se ao sentido em que "privado" é um outro sinônimo de "civil" e em expressões como "direito privado" que equivale a "direito civil", assim se contrapõe à esfera do público. É possível, assim deduzirmos que, embora para Marx, para quem a Sociedade civil compreende diretamente à esfera das relações econômicas e, portanto, pertence à estrutura poderíamos afirmar, que a Sociedade civil, para Gramsci, é não somente "todo o complexo das relações materiais", mas também junto todo o complexo das relações ideológico-culturais.

Para Norberto Bobbio a expressão Sociedade Civil, na esfera do pensamento político dos últimos séculos, vem tendo vários significados; observou que a Sociedade Civil (*societas civilis*) para os Jusnaturalistas, contrapõe-se a "sociedade natural" (*societas naturalis*), sendo sinônimo de "sociedade política" (em correspondência, respectivamente, com a derivação de "civitas" e de "pólis") e corresponde, assim ao "Estado". O modelo jusnaturalista da origem do Estado era baseado na dicotomia de que Hobbes, seu criador, que a definirá como sendo o "*Estado de natureza X Estado civil*" (BOBBIO, 2002).

Antonio Gramsci desenvolveu que as elites se utilizariam do poder hegemônico para a manutenção do poder e controle social, tanto no aspecto público social quanto no privado estatal, faz parte da superestrutura que vai possibilitar o controle social. É neste texto que ele estava desenvolvendo seu pensamento, momento em que a "... experiência vivida por Gramsci entre a Revolução Russa e sua prisão, ocorrida em novembro de 1926, foi a do fracasso da revolução socialista nos países da Europa Ocidental (COUTINHO, 1987). Talvez por isso tenha sido possível a Gramsci observar como as sociedades civis foram se dobrando ao poder capitalista.

O pensamento de Gramsci sobre a hegemonia não significava também que ele tinha abandonado a tese marxista da prioridade da estrutura econômica; mostra, quando muito, que ele quis distinguir com mais força, no conjunto dos elementos superestruturais, a formação e a transmissão dos valores do momento mais propriamente político da coação.

Para Marx e Engels, principais pensadores do materialismo histórico: 1) o Estado teria sua gênese na divisão da sociedade em classes,... 2) a função do Estado consistiria precisamente em conservar essa divisão, assegurando que os interesses particulares de uma classe possa se impor como interesse universal da sociedade; o que seguiu Lênin na Rússia da revolução bolchevique em 1917, com a linha mais ativa e revolucionária por ruptura violenta, vista na Praxi.

Gramsci, complementar os conceitos originais de Marx, Engels e Lênin, considerando que a ligação se daria entre o Estado e a sociedade civil, já que “há um permanente esforço em pensar as condições do exercício do poder político, desde a coerção até as mais variadas modalidades de persuasão, sempre em sua estreita – mas não mecânica – conexão com as relações sociais de produção, jamais delas apartadas ou separadas” (FONTES, 2010) e isto verificaremos mais adiante, observando também no caso brasileiro.

Da Monarquia para a República Velha, em 15 de Novembro de 1889, os componentes da elite brasileira proprietária rural conservadora e escravocrata passariam para dentro dos quadros do poder político republicano, como se dessem um pulo para salvarem-se da decadência, e assim a hegemonia passaria a ser disputada entre uma elite decadente e a burguesia urbana ainda incipiente que buscava maior representatividade (ROCHA, 1995).

Lenin no início do século XX, observaria que “Todas as formas de governo transitório em um regime capitalista são apenas variedades do Estado burguês, isto é, da ditadura da burguesia” (PORTELLI, 1977) para qual os sistemas políticos liberais ou democráticos republicanos viriam a servir como uma luva. Se bem que, consideramos que isto não possa ser uma lei geral, havendo casos em que regimes autoritários também se utilizariam do capitalismo.

Foi necessário para a elite composta por proprietários rurais decadentes e a burguesia urbana de grandes comerciantes e industriais entre outras ações no campo político assegurarem-se em seus países, como já vimos, em regimes liberais em democracias republicanas, ao menos em suas Constituições. Abordaremos a seguir sobre a continuidade dos efeitos da revolução industrial, já que é no desenvolvimento do modo de produção capitalista em que se dará a virada do século XIX para o XX, já que:

Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos,[...] entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social.[...] Porém muitos partidos políticos e jornais – na maioria das vezes diretamente comprometidos com determinados segmentos de classe – tendem a apagar tal comprometimento, apresentando-se seja como a expressão da “unidade nacional” ou como porta-vozes de uma neutralidade informativa inexistente. Todos, porém, são formas organizadas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural (FONTES, 2010).

Ao analisar o desenvolvimento da industrialização, do final do século XVIII ao século XX, o historiador inglês Eric Hobsbawm descreveu como se deu o processo e os rearranjos no sistema produtivo e econômico “a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços”(HOBSBAWN, 1996), as transformações da economia e da sociedade nesta época já eram necessárias para manter o novo curso da revolução industrial onde ocorria a transferência de mão de obra do campo para as cidades, considerando para tanto, que a economia industrial e o sistema produtivo capitalista precisavam se apropriar de uma mão de obra urbana e assim consolidar sua hegemonia.

Portanto, a retirada dos campos e a diminuição da população rural somou-se às demandas por alimentos, vestimentas, escolas, clubes e toda uma “armadura” social para as populações nas cidades em franco crescimento, tudo viabilizado pelos seus regimes políticos (HOBSBAWN, 1996). É então possível vermos que, a Sociedade civil que compreende, segundo Gramsci, não já todo o complexo das relações materiais, mas todo o complexo das relações ideológico-culturais e o Estado não são duas entidades sem relação, comunicam-se através de seus relacionamentos e que para Virginia

Fontes:

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia (FONTES, 2010).

Assim, durante o século XIX e início do século XX, ocorreu o triunfo do capitalismo industrial e a passagem para uma etapa superior do imperialismo, com bancos, companhias de seguros, grandes corporações industriais “*cartéis e trustes*” com novas tecnologias. No sistema capitalista as mudanças afetariam as relações sociais e os mecanismos de poder se sofisticariam (HOBSBAWN, 1996), suas repercussões na hegemonia podem ser observadas de maneira peculiar e de acordo com a sua própria conjuntura no Brasil e Rio Grande do Sul, onde veremos a seguir juntamente com o coronelismo.

II- O coronelismo no Brasil: da monarquia para a república

O Brasil do final do século XIX caracterizou-se por ter uma industrialização periférica, em relação à Europa, e pela dependência de uma estrutura fundiária agrária decadente outrora escravocrata ligada ao poder local das municipalidades, herdada desde os tempos da colônia e vinda das tradições de sua *Metrópole Ibérica*. Desde a chegada dos portugueses, o Brasil herdou uma estrutura política e econômica temperada

pela corrupção e com domínio hegemônico dos proprietários latifundiários preocupados somente com o lucro fácil (FAORO, 1979). É nesta base que se formou a sociedade civil brasileira.

A queda da Monarquia, em 1889, se deu em parte pela incapacidade do sistema de conciliar uma política conservadora com os avanços da economia e na política para compor um sistema parlamentarista sólido ao estilo inglês (ROCHA, 1995).

O jurista Victor Nunes Leal (1914-1985) em sua obra *Coronelismo Enxada e Voto* observou que no início da república velha houve a disputa pela hegemonia nas relações políticas e sociais dos grandes proprietários chefes locais. O exame da vida política brasileira revelou as ligações entre estes chefes locais dos municípios do interior – rural, os governadores Estaduais e o *Poder Central*. Estas relações ganhariam no decorrer da passagem da monarquia para a república contornos mais delimitados através do fortalecimento do coronelismo (LEAL, 1978).

Em 1870, no Rio de Janeiro, fundou-se o Partido Republicano, embora ainda se vivesse sob uma monarquia. Era formado na grande maioria por profissionais liberais, como bacharéis em direito, médicos e jornalistas. Representavam uma nova elite com interesses voltados para o desenvolvimento industrial de modelo europeu e norte americano.

O embate entre as forças hegemônicas desde a época da monarquia já se refletia no meio da política, do outro lado as elites conservadoras compostas por grandes proprietários, em época de eleições utilizavam-se das fraudes – maior problema eleitoral do Império, acompanhada pela violência dos chefes políticos locais que garantiam as eleições para as oligarquias e os candidatos do governo.

Antes da queda, o Imperador Dom Pedro II utilizando-se do poder moderador dissolveu a câmara para formar novos gabinetes, ao assumir o controle o Partido Liberal, que antes tentou a adoção das eleições diretas, ainda tentou promover mudanças moderadas, mas não obteve êxito.

As eleições municipais demonstravam a hegemonia da população economicamente ativa, não se votava diretamente – só qualificava (escolhia) eleitores de segundo nível e estes é que poderiam votar. Já aqueles que poderiam se candidatar –

seriam: o eleitor das províncias, que poderia chegar a deputado provincial e a deputado geral que representava a nação. Estes deputados representavam os interesses da elite agrária diretamente, pois necessitavam ter quatrocentos mil-réis de renda e a classe dominante agrária era a ativa e a massa pobre, formada na grande maioria por populações rurais era a passiva. Isto representava um funil excluindo a população que não se enquadrava como elite e assim não tinha representatividade (ROCHA, 1995).

Como vimos, a base econômica da monarquia eram os grandes proprietários de terras (elite rural) escravocratas. Estes já contabilizavam prejuízos pela proibição da escravidão negra e nas exportações agrárias, no momento em que as bases ruíram, com a abolição da escravatura em 1888, veio a baixo a sustentação do regime monárquico.

Na proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, o Estado ao assumir uma forma liberal democrática tentou seguir o exemplo federalista americano – não conseguindo preencher o vazio de legitimidade deixado pela monarquia – ocorrem os golpes militares.

A necessidade de suprir a falta de mão de obra não livre se equacionaria com a vinda de mais imigrantes, dentro da atmosfera republicana. Há neste período conflitos com os novos grupos econômicos e intelectuais que passariam a disputar o controle hegemônico.

O pensamento político republicano seria representado pelos militares que forçaram o desequilíbrio entre os poderes – Deodoro da Fonseca e depois Floriano Peixoto se alinharam com as elites formadas por proprietários e burgueses. Mas logo se frustraram as expectativas, pois as constituições estaduais seriam reformadas, reduzindo-se o princípio da autonomia dos municípios ao mínimo compatível com a constituição federal, que ainda eram imprecisas, o que poderemos bem observar no caso do Rio Grande do Sul. Muitas constituições estaduais estabeleceram fiscalização da administração e finanças municipais por parte do Estado,

Em 1898, o Presidente da República Campos Sales consolidava o novo regime através da *política dos governadores*, utilizando-se das máquinas administrativas e políticas dos governadores dos Estados, que estabeleciam as ligações com as elites e seus chefes nas municipalidades. Estas elites, pós um período de turbulência, voltariam

a fazer parte do sistema dentro da república, afastando-se assim no cenário brasileiro a possibilidade de maior participação do povo, recairiam sobre as municipalidades e suas elites locais o controle via coronelismo.

Estes coroneis com o tempo e no decorrer do jogo eleitoral passam a frequentar redes mais amplas, ligando-se hegemonicamente ao poder central, tanto nos governos estaduais quanto ao nível federal, e a representatividade e legitimação, muitas vezes estavam expressas quando o coronel ganhava uma pasta de secretaria estadual ou federal ou como deputado, somado ao êxito na profissão que poderia contribuir em seu afastamento do espaço físico.

Mas mesmo ausente de seu *curral eleitoral* estava sempre influenciando – deixava chefes locais subordinados a sua orientação e na liderança estaria sempre o “coronel” que comandava indiretamente um lote grande de votos de cabresto – A força eleitoral deu aos “coronéis” privilégios políticos que facilitavam a sua situação econômica e social de dono de terras.

Como não era possível estender a todo o município a força hegemônica dos coronéis, devido ao tamanho dos territórios muitas vezes escapava da influência, isto acarretava uma fragmentação da hegemonia social no interior e o coronel assim mantinha boas relações com o poder instituído representando parcela da autoridade pública no âmbito do município. Deste alinhamento adviria outro aspecto importantíssimo do “coronelismo”, o sistema de reciprocidade:

se um só coronel fosse dono de um distrito inteiro, a sua hegemonia social, resultante da propriedade da terra, seria incontestável naquela circunscrição, o mesmo ocorrendo a todo o município,[..]havendo, porém, como regra, vários fazendeiros em cada distrito e número bem maior em cada município, [...], atendendo aos diversos fatores que determinam as ligações políticas municipais... por diversas razões: por motivos de ordem pessoal(maior vocação, capacidade ou habilidade); pela tradição (permanência da chefia na mesma família); pela situação econômica(propriedades mais ricas, com maior número de eleitores..) (LEAL,1978).

Na nova configuração de república, haveria toda uma rede de papéis a serem cumpridas pelo jogo eleitoral e através do ensino superior – os doutores, assim descritos os intelectuais, aliados aos coroneis contribuiriam com a concentração do poder local, na

municipalidade exercendo a liderança, mas submetida sempre ao coronel. Os coroneis proprietários de terras passariam então a se estabelecer em redes de ligações e a ganhar com o aumento da escolaridade no Brasil uma nova configuração:

Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coroneis”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores ou são parentes, ou afins ou aliados políticos dos “coroneis” (LEAL, 1978).

Lembramos aqui que a educação e os intelectuais seria parte integrante do aparato hegemônico visto em Gramsci. A questão coincidente no caso dos coroneis será mais desvelada quando vista no caso dos sul-rio-grandenses.

Assim, a política dos coroneis fortaleceu mais o poder estadual do que a política dos governadores fez para o reforço federal. E quando falhou os meios comumente utilizados apelou-se para a violência, pois para o implemento dos mecanismos de ajuste “...Não há um isolamento entre o terreno do consenso e do convencimento, ou uma sociedade civil idealizada, e o âmbito da coerção e da violência. Ambas encontram-se estreitamente relacionadas.” (FONTES, 2010) e, em alguns Estados, ocorreu o controle da legalidade sobre a vida dos municípios e em outros o controle era para a oportunidade e conveniência, e os Estados passaram a tutelar os municípios visando o interesse político e a concentração de poder em seu entorno.

Naquele período o Brasil ainda era essencialmente um país rural e os coroneis e chefes locais eram tidos como donos do espaço, controlavam o poder desde suas terras até o aparato político municipal, obrigando as populações a votarem nos candidatos por eles designados. Não havia muitas diferenças entre as esferas de procedimentos políticos no tanto no âmbito estadual quanto federal.

Como o Partido Republicano identificava-se basicamente pelas figuras dos chefes estaduais, estes se encarregavam de concentrar o poder absorvendo as dissidências eventuais de candidaturas de oposição, reforçando assim a autoridade local a serviço do poder central (JANOTTI, 1992) ou mesmo como no sul, onde o governador

nomeava um intendente provisório até o término do mandato quando a oposição sagrava-se vencedora em algum município (FAORO, 1979).

No caso do Rio Grande do Sul, veremos que o poder instituído hegemonicamente se estabeleceu em detrimento da concentração partidária, principalmente em torno do Partido Republicano Rio-grandense com forte suporte teórico do positivismo do filósofo francês Augusto Comte e num potente aparato jurídico/policial repressor. Ambos criados por Júlio de Castilhos (FÉLIX, 1987).

III- A hegemonia dos coroneis no Rio Grande do Sul

Em 1878 é fundado em Porto Alegre o Clube Republicano “Bento Gonçalves”. De início, fazem parte membros urbanos da classe média burguesa incipiente do Rio Grande do Sul. De base ideológica Positivista Comteana (SOARES, 1998), o projeto previa a sociedade industrializada, alcançando seu desenvolvimento positivo e sendo governada pelas elites que proporcionariam o progresso na ordem e assim, se manteria com o preceito de se “conservar, melhorando”.

Já em forma de partido político em 1884 o *Partido Republicano Riograndense* – sigla PRR, estaria a pleno com a publicação de um periódico, o jornal *A Federação*, e o ingresso de extremados estudantes de direito como Júlio de Castilho e filhos de proprietários estancieiros componentes das elites (MAESTRI, 2005). Em 1886, Castilhos foi secretário do governo estadual, nomeado pelo então presidente da província do Rio Grande do Sul, Marechal Deodoro da Fonseca.

Em suas pesquisas carcerárias, Gramsci comparava as formas de obtenção da adesão ou obediência social entre diversos períodos históricos europeus[...] (GRAMSCI, CC. V.5, P.126). Ressaltava assim tanto o papel da organização quanto daqueles que eram seus esteios, os intelectuais, apontando simultaneamente como se estruturava o convencimento para a dominação e onde era necessário agir para a ação contra-hegemônica. Procurava apreender as formas então em expansão nas quais uma extensa e complexa mediação se espraiava, parecendo pairar acima das condições diretas da produção capitalista, do que resultava um Estado ao mesmo tempo denso e mais poroso (FONTES, 2010).

Na passagem da Monarquia para a República, nas disputas da velha classe agrária com a nova urbana lutariam pela hegemonia dentro dos novos quadros do poder nacional. No Rio Grande do Sul, ocorreria também o fracionamento da elite agrária dominante e um processo de luta intra-classe com o envolvimento dos *Intelectuais*, pois as disputas pelo controle se dariam pela questão econômica e as dissidências nas ideias do modelo positivista construído e colocado em prática pelo PRR, principalmente por Júlio de Castilhos (ANTONACCI, 1981).

A relação que fazemos com o pensamento de Gramsci é de que estavam presentes no caso do Rio Grande do Sul, os elementos sociais e alguns dos instrumentos: o clube, o jornal e o partido político. Estes também se somariam a outro componente visto por Gramsci, o poder econômico.

No aspecto econômico o Rio Grande do Sul, tinha sua matriz baseada em produtos pastoris, entre eles o da produção de charque. Os criadores e proprietários de estâncias quase sempre sofriam com as taxas e arrecadações de impostos, grandes partes das verbas eram repassadas para a União, ficando poucos recursos para as municipalidades e administrações regionais.

Mesmo assim, experimentou uma nova conjuntura das forças produtivas, mantinha uma posição econômica de destaque e rivalizava com São Paulo e Minas. Internamente, segundo a análise de Maria Antonieta Antonacci em sua obra *RS: as oposições & a revolução de 1923*, as disputas pela hegemonia não se prenderam aos antagonismos de ordem econômica intra-classe dominante e se deram mais pela discordância do projeto para a ordem social, pois a economia serviu como possibilidade do uso do poder e assim contribuiu ao realinhamento regional dentro do período da república velha, mas não sem antes desencadear as disputas intra-classe.

O primeiro impasse gaúcho, dentro da república velha, deu-se com a Revolução Federalista de 1893 a 95. De um lado os Pica-paus¹ de Júlio de Castilhos, e do outro, os Maragatos² chefiados por Gaspar Silveira Martins, contrários à constituição rio-grandense golpista criada por Júlio de Castilhos, exigiam um plebiscito para assentar o Parlamentarismo no Brasil e o Federalismo como forma de governo para os Estados.

O conflito tomaria enormes proporções e rapidamente ecoaria no centro do país de forma que o presidente do Brasil, Floriano Peixoto, enviou tropas para auxiliar Júlio de Castilhos. No enfrentamento, os combates se deram de forma sangrenta, tendo como saldo final de pelo menos 10.000 mortos, além de estabelecer a prática da degola aos prisioneiros. O aparato da violência fora comum nestes episódios, Júlio de Castilhos habilmente soube utilizar também uma força armada policial, projetada dentro da disciplina positivista para atender as necessidades de coerção.

De outro lado, as forças oposicionistas contavam com elementos armados que vinham do campo, das propriedades dos Coroneis adversários – uma força armada ligada a herança do poder hegemônico das elites rurais, principalmente da região da campanha (fronteira com Uruguai e Argentina) no Rio Grande Sul. Em 23 de novembro de 1893 nas proximidades de Bagé, fronteira sul com o Uruguai, 300 prisioneiros legalistas são degolados de orelha-a-orelha pelos Maragatos.

A resposta na mesma moeda viria em 5 de abril, os Pica-paus retribuem com 250 execuções de Maragatos. Esta técnica se assemelhava à usada na prática campeira de abatimento de ovelhas. Aqui é possível lembrarmos também que os mecanismos coercitivos, aplicados representam uma marca da região do sul, acostumados com embates fronteiriços com Castelhanos que transmitiram na região estas práticas. A barbárie esteve presente como eficiente componente para coerção, através do terror se procurava demonstrar o desprezo de ambas as partes envolvidas na busca do controle hegemônico.

Derrotados os Federalistas (RECKZIEGEL, 1999), oficializada a paz em 23 de agosto de 1895, restabeleceu-se novamente a rotina hegemônica do PRR, manteve-se a Constituição redigida por Júlio de Castilhos que não estabelecia o final de mandato e o aparato militar também criado por Júlio de Castilhos ainda em 1892 com investimentos pesados na Brigada Militar, que consumira grande parte do orçamento estadual, serviria para manter a repressão de possíveis novos levantes. Ao mesmo tempo, cuidou-se para efetuarem-se algumas reparações de cabeças de gados abatidos aos coronéis proprietários federalistas derrotados (LOVE, 1975).

Com a morte de Júlio de Castilhos em 1903, o seu herdeiro político, o também advogado Antonio Augusto Borges de Medeiros assumiu o comando do PRR, já havia assumido antes a presidência do Estado em 1898 e manteve-se no poder até 1928, como titular do governo ou como *eminência parda* controlando via disciplina positivista o PRR e o governo do Estado do Rio Grande do Sul (de 1909 até 1913). Voltaria a ser presidente do Estado e chegaria ao longo de mais de 25 anos sempre dentro da hegemonia política e econômica do Rio Grande do Sul. Borges de Medeiros também foi importante na confecção de um arcabouço jurídico para dar a legitimidade através de leis e decretos concomitantemente foi destituindo os cargos em que os adversários do PRR ocupavam e assim, subjugados, alguns passavam a ser cooptados às fileiras dos Republicanos (FÉLIX, 1987).

A partir de 1910, o Rio Grande do Sul passou a ter maior destaque no cenário da política nacional, para isto, figurou como grande responsável pela ascendência sulina José Gomes Pinheiro Machado que ocupou no senado federal importante papel para a manutenção dos interesses gaúchos junto ao poder central (LOVE, 1975). Pinheiro Machado, pertencente ao PRR, ao assumir como Senador iria estabelecer importante ligação entre o Estado do Rio Grande do Sul e o poder central no Rio de Janeiro, baseado na máquina eleitoral gaúcha que representava a terceira potência em número de votos para a Presidência da república substituiu a Bahia e permaneceu superado somente por São Paulo e Minas Gerais, o Senador Pinheiro Machado soube utilizar bem os ensinamentos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros para delimitar um espaço representativo aos interesses do PRR.

Assim, acompanhando a política, a economia gaúcha também teve expansão, a representatividade junto ao poder central garantiu em 1910 uma linha ferroviária ligando São Paulo e Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul e cinco anos mais tarde concluiu-se as obras para a melhoria do calado do porto de Pelotas, o que permitia uma melhor escoagem de carne rio-grandense, principal objetivo econômico de Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, para os demais portos brasileiros, em especial os do centro e norte do país (LOVE, 1975).

O ápice da influência de Pinheiro Machado deu-se com a chegada a Presidência da República do Marechal Hermes da Fonseca, gaúcho, sobrinho de Deodoro da Fonseca. Foi o momento em que Pinheiro mais articulou no espaço político nacional sendo ele um dos principais responsáveis pela eleição. Tanto que a 8 de março de 1910, telegrafou para Borges de Medeiros comemorando a vitória, conforme descreveu Joseph Love em sua obra *O Regionalismo Gaúcho e as origens da revolução de 1930*.

No Rio Grande do Sul, o aparelho eleitoral era controlado ferrenhamente pelo PRR e a vitória de Hermes foi tão arrasadora que estabeleceu uma marca de três votos por um de diferença, para um adversário da envergadura de Rui Barbosa, baiano, mas de importante identificação com São Paulo, principal celeiro eleitoral do país. Os apoios políticos angariados pelo Senador Pinheiro Machado com os outros Estados garantiram a eleição de Hermes da Fonseca e neutralizaram o poder eleitoral paulista.

Como todo o Brasil no Rio Grande do Sul a fraude e a violência também foram característica marcante do cenário político na segunda metade da República Velha, entre 1913 e 1927 o representante chefe do PRR, recebeu 69 relatórios de fraude eleitoral e violência devido à política destes 60 foram atribuídos ao PRR e o restante a seus opositores e a maioria dos casos relacionados ao PRR estariam ligados a disputas internas de coronéis nos espaços municipais buscando sua hegemonia intra-classe e intra-partidária (LOVE, 1975).

Em 1923, reeditou-se o conflito de 1893, desta vez por conta da tentativa de reeleição de Borges de Medeiros, herdeiro político de Júlio de Castilhos que mantinha ainda na disciplina e submissão de seus comandados o sustentáculo de sua hegemonia os antigos Pica-paus agora sobre a alcunha de Chimangos³, como ficaram conhecidos aqueles que apoiavam o governo do Rio Grande do Sul contra os Federalistas rebeldes Maragatos.

Reavivados antigos ódios por conta dos sangrentos conflitos de 1893-95, tratou-se em 1923 também de uma revolução no sentido de evitar a perpetuação do PRR e substituir-se as forças intra-classe hegemônicas e a reatualização da estrutura de poder⁴, os coronéis dividiram-se entre aqueles que apoiavam a reeleição e aqueles que queriam assumir a hegemonia no Rio Grande do Sul.

Tanto os do PRR quanto os Federalistas perseguiram o controle da máquina administrativa para dela tirarem proveitos em seus interesses econômicos e sociais utilizando-se quando necessário da força e também das camadas médias da sociedade, formadas por pequenos proprietários e funcionários públicos urbanos, estes não representavam às classes, no individualismo buscaram pela troca de favores melhorar sua condição e atuaram no campo social dando sustentáculo às aspirações das elites.

Mas a elite dividida dos proprietários e poderosos no decorrer da década de vinte, no século XX, iria mudar seus interesses na medida em que os outros Estados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro passaram a se industrializar e urbanizar rapidamente e a sociedade veria o fortalecimento de novas classes, principalmente a operária.

Possuindo uma lógica própria de funcionamento e interesses, o Governo conseguiu penetração entre aqueles setores mais atrelados aos próprios órgãos do Estado. [...] do Rio grande, embora tivesse nestes uma importante base de sustentação. Em troca, recebiam vantagens especiais: a conquista de cargos públicos políticos, no caso dos “setores médios urbanos”; melhores estradas, concessão de terras, às vezes afrouxamento na cobrança dos impostos e outras vantagens[...].o conflito entre Chimangos e Maragatos possui também razões econômicas, muito embora estas não raro apareçam vinculadas a motivações políticas, doutrinário-ideológicas e institucionais. Os dois planos econômicos, entretanto, foram perdendo significado à medida que a sociedade gaúcha cada vez mais se complexificava, [...] O avanço da industrialização e sua concentração paulatina no eixo Rio-São Paulo fariam com que novos padrões econômico-sociais e novas classes emergissem (FONSECA,1983).

Tanto que, selada a paz entre os coronéis, e redistribuídas as parcelas de controle entre as elites, o novo projeto hegemônico iria se estabelecer novamente em nível nacional e as diferenças intra-classe seriam equacionadas para a composição de tal projeto no Rio Grande do Sul voltado para a disputada da hegemonia no governo federal. Neste período, destacamos a atuação de ricos coroneis e chefes ligados aos principais segmentos políticos gaúchos, todos estancieiros e ou comprometidos com as elites burguesas, com grandes propriedades e influência direta na política gaúcha.

A nível nacional, rivalizariam com paulistas e mineiros até 1930, com o final da Política Nacional de revezamento no poder, intitulada de *Café com Leite*, quando São

Paulo quebra o pacto com Belo Horizonte e resolve impor novamente um paulista na presidência. Com a revolução de 1930, Getúlio Vargas, gaúcho também estancieiro e do PRR aonde fora herdeiro político de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, com o apoio de Minas Gerais chegaria ao poder e instituiria uma nova hegemonia, desta vez não só no Sul, mas em todo o Brasil.

Considerações finais

Neste ensaio buscamos analisar o caráter hegemônico do coronelismo gaúcho no período da república velha, partindo de conceitos teóricos vistos em Gramsci. Apresentamos alguns tópicos das transformações sociais no contexto capitalista, suas correspondências no Brasil do final do século XIX e primeiras décadas do XX, e sobretudo no estado do Rio Grande do Sul em que a hegemonia da elite sustentada pelo aparato político viria a se consolidar econômica e socialmente.

A partir daí focalizamos na questão do coronelismo desde o final do Império até a República Velha, primeiro observando o panorama brasileiro e por último no Rio Grande do Sul, nas redes que se estabeleceram para o desenvolvimento do coronelismo como prática correspondente ao poder hegemônico tanto no caso do Estado quanto ligado ao poder central, mas sempre se estabelecendo por ligações hegemônicas que às vezes utilizou-se por meios coercitivos violentos para alcançar seus objetivos.

Foi possível observarmos na questão política, a atuação de intelectuais, como: Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado e Getúlio Vargas, todos eles atuando como elementos condutores das formas de obtenção de adesão e obediência social, ligados pela disciplina político-partidária Positivista Comteana do PRR. Tal aspecto se enquadraria ao que Gramsci observara como papel dos intelectuais, da organização e suas bases, simultaneamente relacionando-se aos mecanismos de convencimento para a dominação hegemônica não abrindo mão da violência e da barbárie. Assim, podemos constatar que a elite proprietária gaúcha utilizou-se do aparato político partidário nos conflitos intra-classe para se consolidar econômica e socialmente.

Por fim, em Gramsci, supomos que se poderia ter feito a diferença nos rumos do comunismo mundial, chamamos a atenção para a questão da hegemonia e a formação de intelectuais que assegurassem as ideias que as fundamentariam, não só para contrapor ao Estado Capitalista e seu poder hegemônico, mas quem sabe, um mundo realmente mais justo, que infelizmente ficou só como possibilidade ainda a ser alcançada.

Referências Bibliográficas

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a revolução de 1923*. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1981.

AMIN, Samir. *O Desenvolvimento Desigual, ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Forense Universitária. SP, 2005.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1990.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política, verbete Sociedade Civil*. Ed. UnB Brasília. DF, 2002.

CARONE, Edgar. *A primeira República (1889-1930)*. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1969.

_____. *A República velha (Evolução Política)*. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1971.

COUTINHO, Carlos Nelson, *A Dualidade de Poderes – Estado, revolução e democracia na teoria marxista*, 2ª edição Editora brasiliense. 1987.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 edição. Editora Globo, Porto Alegre. 1979.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Editora Mercado Aberto. Porto Alegre, 1987.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na Republica Velha*. Mercado Aberto. Porto Alegre, 1983.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. EPSJV, UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

HOBBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital*. Paz e Terra, São Paulo/SP, 1996.

_____. *A Era das Revoluções*. Paz e Terra, São Paulo/SP, 1996.

JANOTTI, Maria de Lourdes M.. *O coronelismo uma política de compromissos*. Ed. Brasiliense, 8ª Ed. São Paulo/SP, 1992.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. Ed. Alfa-Omega - 4ªed. , São Paulo/SP, 1978.

LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo*. Ed. Martin Claret. São Paulo/SP, 2005.

LOVE. Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da revolução de 1930*. Editora Perspectiva. São Paulo/SP, 1975.

MAESTRI. Mário. *Uma história do Rio grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Ed. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Imagens da Revolução*. Marco Zero. Rio de Janeiro, 1985.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A Diplomacia Marginal*. Passo Fundo, UPF 1999.

ROCHA, Leonel Severo da. *A Democracia em Rui Barbosa – O Projeto Político Liberal-Racional*. Ed. Líber Júris. Rio de Janeiro, 1995.

SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e Cultura: Gramsci*. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SHERMAN, E.K. Hunt & Howard J. *História do Pensamento Econômico*. Ed. Vozes. Petrópolis, 2001.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

Notas

¹Pica-paus – Nome dado pelos partidários da revolução federalista de 1893, no Rio Grande do Sul, aos republicanos que usavam uniforme azul e quepe vermelho, cores do pica-pau, um pássaro muito comum no território brasileiro. Os dois blocos adversários, federalistas e republicanos, para se distinguir visualmente, passaram a usar lenços: os maragatos, vermelhos; os republicanos, brancos. Ver mais em AZEVEDO, dicionário de nomes, termos e conceitos históricos, p. 308.

²Maragatos – Denominação dada aos Federalistas do Rio Grande do Sul que, em 1893, opuseram-se ao governo chefiado por Júlio de Castilhos. Ver mais sobre as origens do termo em: AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1990. p. 258.

³Na Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, eram chamados os adeptos de Borges de Medeiros, que tentava a reeleição ao governo do estado, com o apoio do governo central. Borges de Medeiros foi chamado satiricamente de Antônio Chimango, em obra literária atribuída a Ramiro Barcelos publicada sob a pseudo-autoria de Amaro Juvenal.

⁴Ver mais em ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições & a revolução de 1923. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1981. p. 10 e 11.